



Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A DEFESA DO PARTIDO É INSEPARÁVEL DO REFORÇAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

Por MELO

Enfrentando o terrorismo fascista e numa dura clandestinidade, somente o heroísmo e a tenacidade dos comunistas foi capaz de criar em Portugal um Partido à escala nacional. Nenhum outro Partido democrático o conseguiu.

Devemos orgulhar-nos de tal facto mas não devemos subestimar as nossas debilidades e os reveses causados pela repressão salazarista, particularmente nos últimos tempos.

Precisamente porque o Partido Comunista é a principal força política anti-salazarista, o fascismo redobra de esforços visando aniquilá-lo. O conjunto das organizações e dos membros do Partido estão constantemente sob o fogo do enorme e bem apetrechado aparelho repressivo salazarista. Milhares de comunistas já passaram pelas prisões salazaristas, muitos deles foram torturados, outros foram assassinados cruelmente e dezenas de outros estão presos há muitos anos.

Em consequência da feroz acção repressiva do inimigo, diversas organizações partidárias foram profundamente esfaceladas. Isto, juntamente com a prisão de *«militantes destacados foram um rude golpe não somente para o Partido Comunista, mas também para o conjunto das forças democráticas e para toda a acção anti-salazarista»*, conforme é salientado justamente na circular do Comité Central de Julho de 1959.

Para derrubar o salazarismo e assegurar transformações de carácter democrático e social, é necessário existir um Partido de vanguarda que conduza e oriente a luta da classe operária e das forças progressistas. Esse Partido existe, é o Partido Comunista Português, mas é necessário reconhecer que, em consequência da intensa e constante repressão e das nossas próprias debilidades, o nosso trabalho organizativo está atrasado em relação às exigências das tarefas políticas que se colocam ante o Partido.

Elevar o nível das organizações partidárias às exigências da linha política do Partido na actual fase histórica da luta, é uma premente tarefa. Para conduzir a luta da classe operária e do povo português em geral

a um nível superior, é indispensável, é imprescindível forjar, construir, um forte Partido Comunista.

É inegável que nos últimos meses se operou no País um certo retraimento momentâneo nas lutas de carácter económico e político. As causas são diversas mas em grande medida estão intimamente ligadas aos reveses sofridos pelo Partido com a repressão. E, porque o Partido é a principal força política anti-salazarista, isso reflectiu-se não somente na acção do Partido mas no conjunto da acção de todas as forças anti-salazaristas.

As condições objectivas para desenvolver e intensificar as lutas de massas pelas reivindicações económicas das classes laboriosas, as lutas pela demissão de Salazar e por uma mudança de regime mantêm-se e amadurecem cada vez mais. Entretanto, e isto é uma realidade, no seu conjunto o Partido não está a saber aproveitar tais condições objectivas e diversas organizações não estão em condições orgânicas de transformar tais condições em potentes acções de massas.

Na já citada circular do Comité Central salienta-se ser *«necessário considerar a defesa do Partido como a tarefa fundamental do momento»*. Actualmente esta é, efectivamente, a principal e inadiável tarefa de todos os comunistas, o que implica levar à prática, em todo o Partido, as directrizes da Circular.

A defesa do Partido não significa — como parece ser o pensamento de alguns camaradas — limitar a actividade de massas e a vida política das organizações e dos membros do Partido. Pelo contrário, para uma melhor defesa do Partido é essencial reforçar a ligação com as massas e intensificar a vida política de todo o Partido e para isso é necessário reforçar organicamente o Partido.

O êxito da aplicação prática da linha política e das directrizes do Partido depende do trabalho de organização. As mais acertadas resoluções não passarão de pedaços de papel, se nos faltarem as pessoas, os qua-

dros, capazes de as defenderem e lutarem pela sua aplicação.

Reforçar e renovar as organizações abaladas pela repressão, criar organizações nas regiões do País onde existem clareiras ou onde o Partido não está estruturado, reforçar as organizações já existentes, principalmente nas grandes empresas, nos grandes centros operários e camponeses é uma tarefa urgente de todo o Partido e não somente de alguns militantes.

O recrutamento e o conhecimento dos quadros

A repressão fascista rouba-nos constantemente preciosos quadros, o que nos impõe a necessidade de defender melhor esses quadros e, paralelamente, colocá-los a tarefa de renovar constantemente as nossas fileiras, recrutando novos quadros. O recrutamento é uma tarefa permanente, embora se coloque com maior acuidade para as organizações onde ele não tem sido feito ou onde a repressão nos roubou muitos quadros. Não havendo recrutamento, não é possível renovar, rejuvenescer, e aquilo que não se renova morre.

A dura clandestinidade em que se desenvolve a nossa luta é uma realidade a ter bem presente no tipo de recrutamento a realizar. Embora as adesões ao Partido sejam voluntárias, isso não significa que as nossas fileiras estão abertas a quem quer que seja, mas somente aos melhores lutadores da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. A qualidade deve sobrepor-se à quantidade, pois o Partido é forte não só pelo número dos seus membros mas sobretudo pela sua qualidade.

Os Estatutos estabelecem as condições de admissão no Partido, mas é forçoso reconhecer que essas condições nem sempre são respeitadas, os quadros não são seleccionados de forma a impedir o acesso às nossas fileiras de aventureiros e cobardes.

Nas fileiras do Partido existem os que são membros (vulgarmente designados por militantes) e os chamados simpatizantes que em parte correspondem à qualidade de candidatos a membros do Partido. Há, entretanto, organizações onde não há simpatizantes, isto é, todos são considerados membros do Partido, o que revela existir da parte dos camaradas responsáveis dessas organizações e dos funcionários que as controlam concepções erradas, desconhecimento dos quadros e ausência de qualquer selecção.

Noutras organizações, o número de membros é manifestamente superior ao número de simpatizantes, o que pode revelar ausência de selecção ou o carácter fechado destas organizações, pois não se compreende que cada membro do Partido não tenha ligado a si um ou mais simpatizantes.

Em muitas organizações só se conhecem, e quase sempre mal, os quadros que contactam directamente com os funcionários. O desconhecimento dos quadros é a principal razão porque existem organizações onde há mais de um ano se fazem esforços para formar organismos de empresa, regionais, etc. Não se conhecendo os quadros, não se pode ou não se sabe com quem formar organismos. É ainda esse desconhecimento que

está na origem da instabilidade de muitos organismos, que estão a ser frequentemente remodelados. Nestes organismos, os quadros são substituídos sem serem previamente estudadas as suas características, as provas que deram no cumprimento de anteriores tarefas, as suas biografias e reais disposições de luta. Por essa razão, é frequente numa reunião serem dadas boas ou más informações dum quadro e, na reunião seguinte, dão-se informações inteiramente opostas sobre esse mesmo quadro.

Com tal estilo de trabalho, com as constantes remodelações, descompartimentamos as organizações e facilitamos a infiltração de aventureiros dentro das fileiras do Partido. O conhecimento dos quadros existentes em cada organização e a sua justa selecção é inseparável da vigilância revolucionária e é a mais poderosa arma na luta contra os aventureiros. O conhecimento e o estudo dos quadros assegura descobrir militantes fiéis e dedicados ao Partido, e permite também localizar elementos estranhos e até provocadores.

O trabalho colectivo e a promoção de quadros

Há organizações onde existem centenas de comunistas mas onde os organismos constituídos e com uma vida política activa são em número reduzido. Não havendo organismos não há reuniões regulares, não há acção e esforço colectivo, não se distribuem tarefas por todos, mas somente por alguns, as energias e a dedicação de muitos camaradas não são aproveitadas, do que resulta que as directrizes do Partido não são suficientemente discutidas nem levadas à prática ou só o são em escala reduzida.

O trabalho colectivo é uma necessidade que resulta da acção. Onde não se sente a necessidade do trabalho colectivo não se sente a necessidade de acção é todo o trabalho organizativo gira em torno de «chefes» ou dos funcionários do Partido.

Resistindo à organização de organismos, dois destacados camaradas alegavam *«que o trabalho colectivo tem os seus perigos»* que *«se for preso um camarada pertencendo a um organismo, todo o organismo poderá ficar ameaçado»*, etc.

Tais concepções não são, infelizmente, uma excepção. Outros camaradas as possuem e daí a ausência de esforços ou mesmo a resistência desses camaradas para a formação de organismos colectivos.

Se os miseráveis traidores Marinho, Amador e Ma-laquias tivessem realizado um trabalho apoiados unicamente em organismos colectivos, eles não teriam conhecido tantos camaradas e as consequências das suas traições não teriam sido tão graves. Não é, pois, o trabalho colectivo que ameaça a segurança dos quadros e do trabalho partidário, mas a má escolha dos quadros, a ausência de compartimentação, o desrespeito pelos princípios estabelecidos. É na luta e no trabalho colectivo que os quadros se educam e se forjam e foi nesse princípio que se forjaram como dirigentes os dois citados camaradas.

A promoção de quadros a funções de maior responsabilidade é uma tarefa permanente do Partido e que

deve estar estreitamente ligada ao estudo e à análise dos quadros. Sem a contínua promoção de quadros não se poderão formar novos organismos, reforçar o trabalho colectivo e assegurar, em todo o Partido, uma progressiva descentralização.

Há camaradas que consideram que, para promover um quadro a função de maior responsabilidade, não basta ser dedicado e ter dado provas frente ao inimigo. Outros camaradas vão adiando a promoção de quadros e a formação de organismos, à espera que surjam quadros «ideais». Estes camaradas consideram indispensável que os quadros a promover tenham experiência política e de organização.

Tais ideias conduzem a uma limitação à promoção de quadros, travam a criação de novos organismos e debilitam o trabalho colectivo, que é o factor fundamental para apetrechar e educar os quadros. Os quadros devem ser analisados tal como eles são e não como desejaríamos que eles fossem. Quadros «ideais»

não existem e, se eles têm defeitos e deficiências, a nossa tarefa não reside em verificá-las, mas em esforçar-nos por corrigi-las. Os quadros não nascem feitos e, como nos ensinou Lênine, «a experiência revolucionária e a habilidade de organização são coisas que se adquirem com o tempo».

Embora a experiência política e de organização dum quadro a promover deva ser tida em conta, isso não é o essencial. O que importa analisar nos quadros a promover é, tal como indicou o camarada Duarte no Informe de Organização ao IV Congresso do Partido: «Abnegação na defesa dos interesses do proletariado e das classes exploradas e oprimidas em geral, abnegação na defesa dos interesses do seu País, dedicação ao Partido, firmeza perante o inimigo, modestia—estas são as qualidades fundamentais dos militantes comunistas. É com homens com estas qualidades fundamentais que se forjam os quadros do nosso Partido».

OS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS, A TÉCNICA E A AGRICULTURA

Por INÁCIO

É de uma enorme importância para a vida económica e social do nosso país o desenvolvimento da técnica e mecanização da agricultura; duma agricultura apetrechada e equipada com a mais moderna maquinaria, capaz de impulsionar o desenvolvimento dos mais variados ramos da produção, de colocar a agricultura nacional ao nível do progresso e a par das outras nações. Precisamos duma técnica capaz de fertilizar o solo nacional e de bastar às mais elementares necessidades, em cereais e outros produtos agrícolas, do nosso povo.

Mas, nas condições actuais, não é menos certo que uma agricultura mecanizada, dominada pelos grandes agrários fascistas, trará, como não pode deixar de ser, crises de desemprego para um número cada vez maior de operários agrícolas, visto que o patronato explorador, com o emprego da maquinaria, tem somente em vista explorar mais ainda os trabalhadores, diminuindo o trabalho manual para pagar salários de fome, para jogar com a massa crescente dos desempregados, aviltando os salários mais ainda.

Além disso, os grandes monopólios da terra são um factor impeditivo do progresso da agricultura. Uma agricultura mecanizada nas mãos dos grandes agrários, beneficiando exclusivamente a estes e tornando mais difícil a vida aos operários agrícolas, que lança no desemprego, não tem naturalmente, nem nunca poderá ter, o mesmo significado económico e social que a mecanização e o progresso técnico têm na União Soviética e nos países socialistas.

Na União Soviética e nos países socialistas a máquina existe, não para intensificar a exploração do trabalho do homem, mas sim para o tornar mais leve, para que o homem possa usufruir em mais larga es-

cala dos frutos do seu trabalho. Na União Soviética e nos outros países do campo socialista, o progresso científico não tem limites e a técnica agrícola não tem paralelos. É que a exploração do homem pelo homem há muito tempo já que não existe e, por isso, os trabalhadores agrícolas nada têm a temer duma técnica altamente mecanizada, pois esta é uma garantia do bem-estar colectivo, do progresso e poderio de todo o povo.

No nosso país a máquina produz, não para elevar o bem-estar dos trabalhadores, mas sim para enriquecer o patronato. A mecanização da agricultura dos monopolistas da terra, torna estes ainda mais ricos e faz dos operários agrícolas escravos, intensifica a sua exploração. Porque é que o emprego das máquinas cria uma tão grande desigualdade?

Porque é que os operários agrícolas do nosso país tanto têm a temer o emprego crescente da maquinaria nos vários ramos da agricultura, em especial nas ceifas, e na União Soviética e outros países socialistas não?

É fácil de explicar. Há mais de 40 anos que os trabalhadores soviéticos realizaram a Reforma Agrária, derrubando a autocracia czarista, que impedia o desenvolvimento e o progresso da agricultura. Os operários e os camponeses tomaram nas suas mãos as rédeas do Poder, expulsando das fábricas e das herdades os seus exploradores. De então para cá, a terra e as máquinas passaram a ser propriedade comum de todos os trabalhadores, produzindo para benefício de todo o povo e não para proveito duns tantos ricos. No nosso país essa transformação social ainda não se operou, por isso os donos das herdades e das máquinas são os parasitas dos grandes agrários, o

patronato explorador, o qual, servindo-se das máquinas em seu proveito único, eleva ao máximo a exploração das massas trabalhadoras.

É errado supor, como muitos supõem por se deixarem iludir com a demagogia do patronato explorador e dos seus opaniguados e defensores, que as máquinas ceifadeiras, ou quaisquer outras, só serão empregadas quando não houver braços parados. Quando a realidade é exactamente o contrário: o emprego dessas máquinas lança no desemprego um número cada vez maior de assalariados. Claro está que a demagogia do

patronato e do Governo visa apenas quebrar a unidade e o espírito combativo das massas assalariadas agrícolas, que lutam contra o emprego das máquinas nos campos, enquanto os seus braços estão desocupados. Acreditar numa tal manobra é fazer o jogo do patronato explorador, é fugir ao cumprimento do seu dever como trabalhador, que é o de lutar sem desfalecimento pela Reforma Agrária, para que a terra seja livre e propriedade colectiva, para que as máquinas produzam para o bem-estar geral de todo o povo português.

MELHORAR O TRABALHO PARTIDÁRIO PARA MAIS CORRECTA E DECISIVA ACÇÃO

Por ANA

A elaboração e aprovação do Programa e dos Estatutos vieram objectivar, duma maneira concisa, a linha política e orgânica do Partido. São duas preciosas armas de que dispomos acerca de dois anos, mas que corremos o risco de deixar enferrujar por limitado uso.

Por que sucede isto, camaradas?

Se é certo que não podemos minimizar as enormes dificuldades da vida clandestina, mau seria, entretanto, que não fôssemos um pouco mais fundo na procura das causas que determinam a falta de estudo e discussão de tão ricos materiais. E uma das causas que encontramos é a continuação dum praticismo estreito, dum estilo rotineiro no trabalho do Partido. Se não encarmos medidas sérias, práticas e de controle, acabaremos até por falar na rotina e no praticismo por puro praticismo e pura rotina.

No nosso trabalho de todos os dias—desde o estudo, preparação de encontros e reuniões, cumprimento de tarefas—temos que nos esforçar por um tipo leninista de trabalho, que não se compadece nem com a rotina e a inércia, que deixam mãos e cérebros vazios, nem com a divagação teoricista. Como nos ensinam Lênine e Stáline, é necessário combinar o entusiasmo revolucionário com o sentido prático. Entusiasmo revolucionário que *«desperta o pensamento, impulsiona, quebra o passado, dá a perspectiva»*. Sentido prático que *«leva até ao fim a tarefa uma vez começada, por mínima que seja, força sem a qual não se poderia conceber um sério trabalho de construção»*.

O quadro de funcionários do Partido tem que ser educado neste estilo de trabalho para que, na sua actividade executiva e de controle, constitua uma preocupação de molde a inculcar em todos os militantes esse mesmo estilo. Se assim procedermos, não assistiremos tanto a reuniões-recitais, em que fala o controleiro e os outros camaradas escutam, mas muitas vezes não assimilam. Porque só se assimila verdadeiramente quando se participa.

Não teremos, nos balanços das reuniões, uma certa sensação de vaguidade, de inoperância, de estagnação. E porquê? Porque levaremos os camaradas a estar atentos à vida que os cerca, aos pormenores significa-

tivos que é necessário descortinar nos horizontes, seja do trabalho, seja da cultura, seja dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Não encontraremos estudantes que não sabem o que se passa na sua escola, intelectuais que não sabem das realizações, dos planos e das dificuldades no mundo das artes, das ciências e das letras.

Como fazer para ajudar os militantes do Partido a mergulhar fundo na Vida, não só nos grandes e sensacionais problemas, mas nos mais pequenos problemas da Vida?

Parece-nos que o fundamental é levar os camaradas a falar, a apreciar situações e a preconizar medidas, a expor ideias, experiências, e também dificuldades e limitações. Por outro lado, os controleiros devem ser menos longamente expositivos e mais interrogativos e perscrutadores. Assim, obrigaremos os camaradas a estudar. Assim, estabeleceremos o desejado clima do debate de ideias que vivifica os organismos, que permite uma mais acertada orientação e uma mais fácil aceitação e mais entusiástica execução, por parte dos controlados, das tarefas que lhes são distribuídas. Um tal trabalho colectivo—que, infelizmente, ainda não se pratica em tão larga escala como seria para desejar—reforça o sentido da responsabilidade, estimulando o brio comunista de cumprir e cumprir correctamente. O militante-travão será mais raro, pois ele é travão, fundamentalmente, porque perdeu perspectivas.

Assim, todos os militantes se sentirão Partido e acabar-se-á com certo sentido impessoal de encarar os problemas do Partido, como se este fosse apenas o seu quadro de funcionários. Haverá mais crítica e menos criticismo, mais auto-crítica e menos auto-suficiência e sacudidas de capote. Menos quadros envelhecidos e mais profundo amor pelo Partido.

Com deficiências graves no trabalho partidário se prendem expressões como estas: *«Eu cá tenho um comunismo muito meu. A auto-crítica dá-me certa sensação de confesso»*. O que revela isto num camarada que tem já um ano de Partido? A par das suas deficiências pessoais, revela que com ele ainda não foram discutidos os princípios orgânicos fundamentais, que a sua adesão ao Partido se situa muito no plano sentimental e pouco em razões de razão, científicas, de

princípio.

Com deficiências graves no trabalho partidário se prende o facto dos camaradas irem para as reuniões, sem as terem preparado. É que eles vão ouvir o controlador e fazer uma intervenção superficial; a ordem de trabalhos será a que o controlador trouxer em mente. Isto dá-se com quadros atrasados, mas dá-se igualmente com outros intelectualmente desenvolvidos, que preparam as suas intervenções em conferências, em trabalhos da sua profissão, etc., mas que não preparam as suas intervenções nas reuniões do Partido.

Entretanto, são estes mesmos camaradas que reconhecem ser necessário discutir a teoria marxista-leninista, que dizem ser necessário que as reuniões decorram com outro nível. Mas como discutir a teoria marxista-leninista sem estudá-la a sério, como ciência que é, como guia para a acção e nunca como algo de roupagem vistosa, snob, em moda, para abrilhantar discussões de clube, de puro e estéril academismo? Os comunistas não são charlatães.

Alguns camaradas não conhecem ou conhecem muito vagamente os problemas políticos nacionais e internacionais gerais e os quotidianos, locais, de classe ou grupo. Outros confessam que lêem os noticiários de política internacional, mas, quanto ao que se passa no País, exclamam indignados: «*Ler discursos de Salazar, dos ministros, não leio, porque estou farto das intrujices dessa corja de fascistas*»; «*Nos jornais é sempre um chorrilho de mentiras*». Claro que estas afirmações, em si, são verdades que ninguém contesta. O que não é justo é apoiarmo-nos nelas para justificar o nosso quase alheamento das armas, dos processos de luta, dos desígnios do inimigo. É ir às cegas para a batalha.

E, vejamos: Que estudo do marxismo-leninismo pode fazer um camarada em tais condições? Um estudo de erudito quando muito. Carrega a sua arma, individual, isoladamente e depois não sabe como, nem onde, nem quando dispará-la. Não sabe como, nem onde, nem quando substituir, reforçar ou aliviar as cargas. Este é um estudo morto, abstracto, nada marxista. Falta-lhe algo de essencial: a sua relação com a vida, com os acontecimentos que se processam, na generalidade e no pormenor — uma ligação viva com as massas, para que sinta a necessidade de objectivar esse estudo, aplicando-o na acção, de modo criador.

Tudo isto não é fácil. Da noite para o dia não podem vencer-se obstáculos, incompreensões, modificar estilos de trabalho. Mas o que não é fácil não é impossível. E os comunistas são capazes de remover montanhas.

Há aspectos do trabalho partidário em que temos de ser persistentes. Assim, os organismos dirigentes devem educar continuamente os militantes na aproximação e ligação com as massas. Educar e controlar. Para isto, é importante que cada comunista se esforce por ser um bom profissional: um bom operário, um bom médico, um bom engenheiro, um bom estudante, etc.. É importante que seja trabalhador e modesto.

É importante que tenha do trabalho partidário a concepção de que ele tem como objectivo a colectividade, as massas e não indivíduos ou grupos. Servimos o povo. E a verdade é que há ainda camaradas que não compreenderam quão nobre e grande é a missão dos

comunistas, uma missão não só de mensagem radiosa, mas, paralelamente, de activos e práticos dirigentes de massas para as levar à conquista desse mundo novo, extraordinário, que lhe anunciamos.

Quão descabidas são na boca dum militante frases como esta: «*Estou farto de correr e as coisas não resultam. Eu não estou para ser criado deles, porque senão até me desprestigio*». Que noção defeituosa dos deveres dum membro do Partido! E que conceito de prestígio tão acanhado, tão pequenino-burguês.

Quão descabida estoura expressão: «*Não quero conhecer mais ninguém nem ser conhecido como comunista*». Como consequência de concepções desta ordem, temos organizações envelhecidas umas e fracas, quantitativa e qualitativamente, outras. E que fé, que paixão podem estes camaradas pôr na realização das tarefas, se eles não confiam nem em si, nem nas massas?

Na medida em que se alargam as responsabilidades do Partido, na medida em se agudiza a luta política e ideológica que temos de travar, mais se torna imperioso melhorar o trabalho partidário.

Por outro lado, as Resoluções do V Congresso do nosso Partido, como resoluções que são, devem ser cumpridas. Elas foram tomadas a partir de análises profundas e concretas da situação política nacional e internacional e da situação do Partido. Tendo em conta as condições objectivas e subjectivas é que elas foram formuladas e aprovadas. Há, pois, possibilidade de as realizar na prática.

Um das Resoluções diz assim: «*... A partir deste nosso V Congresso os Estatutos são a lei interna do Partido. É agora necessário forjar o Partido à imagem dos Estatutos para a realização do Programa...*»

Temos feito isto, camaradas?

O camarada Melo, na sua intervenção sobre o Programa, dizia: «*Ante o nosso Partido coloca-se uma tarefa fundamental: discutir, estudar e assimilar o Programa. Ganhar todo o Partido para a luta pelo triunfo das ideias e dos objectivos do Programa, é o factor decisivo para a realização prática da linha política do Partido.*»

«*O Programa será uma poderosa arma na luta pelo fortalecimento político, orgânico e ideológico do Partido. Devemos fazer todos os esforços para que em todas as organizações e organismos do Partido se realizem reuniões especiais onde o Programa seja estudado e largamente discutido. Somente assimilando o Programa, o Partido e todos os comunistas estarão em condições de lutar por ele e de o explicar às massas. Somente assim, também o Partido e as massas poderão melhorar o Programa no futuro.*»

Temos feito isto, camaradas?

Além do Programa e dos Estatutos há outros valiosos documentos que importa sejam estudados por todos os militantes, estudados exactamente com o objectivo de «*forjar o Partido à imagem dos Estatutos para a realização do Programa*». Porque é evidente que, para levar a bom termo esta Resolução, para assimilar a linha política e orgânica do Partido,

outros materiais têm que ser estudados. O papel de «O Militante», por exemplo, não pode ser esquecido nesse estudo, quer com artigos de outra ordem a publicar ou já publicados, quer com a publicação de artigos que debatam e aprofundem pontos concretos dos Estatutos e do Programa.

A insistência que aqui se faz nos Estatutos e no Programa deve-se a dois motivos: —1.º— pode-se ser verdadeiramente militante sem conhecer o Programa e os Estatutos do Partido? Não, a menos que se viole um princípio estatutário — o art.º 2.º. — 2.º — Fez-se uma tiragem razoável destes dois documentos, o que permitiu apetrechar todos os camaradas com um exemplar facilitando o imprescindível estudo individual.

Sintetizando: Urge encetar medidas práticas para melhorar o trabalho partidário. A partir, por exemplo, dos Estatutos e do Programa, podia o Partido, em cada organismo e tendo na devida conta as características de cada sector, encetar um estudo ligado a problemas concretos do mesmo. Pedir-se-ia aos camaradas não apenas a sua contribuição oral ou escrita para uma discussão à escala de organismo, mas uma contribuição, individual ou colectiva, que poderia concretizar-se em artigos para qualquer dos nossos órgãos centrais ou mesmo para os jornais regionais.

Partir-se-ia, assim, do particular — que suscita um maior interesse da parte dos camaradas, porque os toca de modo mais directo — para o geral, completando um primeiro estudo, indispensável a uma progressiva assimilação.

Tudo isto não é fácil. Mas o que não é fácil não é impossível, repetimos:

Saibamos combater em nós próprios e nos camaradas que controlamos certo estilo de trabalho eivado de liberalismo pequeno-burguês de que, já em 1937, nos falava Mao Tse Tung: liberalismo ideológico, político e de organização.

«Não se empenhar em realizar tarefas de propaganda e agitação; não falar às massas ou não as auscultar e procurar saber a sua opinião, mas antes abandoná-las, sem se preocupar com as suas alegrias e desgraças; esquecer que se é comunista e comportar-se como se um comunista fosse uma pessoa qualquer.» ... «Trabalhar com pouco entusiasmo, sem qualquer plano ou orientação definidos; trabalhar por trabalhar e deixar ir as coisas ao sabor da corrente — «enquanto for sacristão hei-de tocar o sino»» — são, na verdade, tipos de liberalismo tão perniciosos quanto incompatíveis com a qualidade de comunista.

Apesar da situação tão difícil que, dia a dia, nos é criada pelo salazarismo, apesar dos rudes golpes que nos privaram do experimentado saber de tantos quadros, apesar de tudo, o Partido tem em si forças bastantes para novos e vigorosos impulsos no caminho do Futuro. Não há força no mundo que detenha a nossa luta, porque ela é a justa luta do povo português pela sua felicidade. E os verdadeiros comunistas não podem ser, não são meros espectadores revoltados.

Como diz Krutchov, no seu Informe ao XXI Cong. do PCUS: *«O nosso objectivo é claro e grande. Para atingi-lo, será necessário trabalhar firmemente. Um tal trabalho enobrece o homem, traz-lhe satisfação e felicidade».*

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Por LEANDRO

É bem conhecido do nosso povo o velho ditado de que a UNIÃO FAZ A FORÇA. De acordo com esta verdade, que o rolar dos tempos nos mostrou ser imprescindível para a acção, o nosso Partido sempre tem procurado mostrar aos seus membros e aos democratas que nenhum Partido ou força política no País terá forças suficientes para, só por si, defender o nosso povo e vencer o salazarismo.

Todos os militantes e simpatizantes do Partido concordam com isto e afirmam mesmo ser necessário a unidade e que nós devemos ligar mais às massas. Estamos todos de acordo quanto a este ponto. Porém, na actividade prática do dia a dia, verifica-se quanto muitos camaradas, alguns com largos anos de Partido, estão aquém duma compreensão elevada e verdadeira do papel da unidade e sua importância, sobretudo de que esta não basta ser desejada mas sim organizada.

Apesar de se verificar que em todas as organizações os comunistas concordam com a necessidade da unidade e de uma maior ligação com as massas, muitos ainda não compreenderam completamente quanto a unidade e a ligação com as massas, além de tornar

não só possível a conquista de algumas reivindicações mais sentidas, defende o Partido e as próprias massas da repressão salazarista ao mesmo tempo que as anima, encoraja e dá confiança para se lançarem em lutas mais amplas, de forma mais decidida e por meios superiores de luta tais como o trabalho lento e a greve.

O papel dos comunistas

Nas fábricas, nos barcos ou nas herdades, nos bairros ou escritórios, os comunistas não podem ser simples espectadores ou limitarem-se a acompanhar e a defender as massas quando estas se vêem forçadas a entrar no campo da luta. Tão pouco os comunistas devem limitar-se às formas mais fáceis de acção. Neste sentido, tem uma importância esclarecedora muito grande o artigo do camarada Leon Bohr, publicado no Militante n.º 100.

É mais fácil aos comunistas fazerem agitação, fazendo legendas e lançando volantes a convidar os trabalhadores duma empresa ou classe à luta ou a actuar ao lado, nas comissões, com pessoas mais ou menos esclarecidas e ao nosso lado e até muito mais cómodo acompanhar as massas em determinada de-

marche quando a sua situação e o estado emocional a isso os força. Porém, a par do esclarecimento feito através da agitação, sendo mais difícil é mais necessário também a nossa actuação directa junto das massas, dialogando com elas sobre os seus problemas económicos e políticos, trabalhando ao lado não só dos chamados «fiches», mas de todos os que estejam dispostos a actuar, dispostos a fazer pouco que seja e manifestando mesmo, em determinados aspectos, inúmeras incompreensões. Os comunistas, que constituem a vanguarda organizada e mais consequente e esclarecida do nosso povo, não podem nem devem exigir que os outros tenham a mesma compreensão, o mesmo nível político e a mesma disposição de luta.

Todos os membros do Partido estão sinceramente animados do desejo de defender os trabalhadores, de preservar a Paz e no derrubamento do salazarismo.

É preciso, no entanto, que cada camarada tenha bem presente as perspectivas que se nos abrem neste sentido e qual deve ser a sua actuação no seu local de trabalho, de residência, no sindicato ou colectividade.

Há camaradas que, desiludidos, temem mesmo forjar a unidade e a acção, partindo do princípio que daí advém a sua prisão ou que não vale a pena actuar à volta dos problemas económico-reivindicativos por, em seu entender as massas não terem força suficiente para conquistar tão justas reivindicações.

Tais camaradas, que, sem se aperceberem, substituem a força das massas e da unidade e sobrestimam as forças do salazarismo, não dão conta que estas se enfraquecem diariamente e se decompõem a ponto do seu próprio chefe reconhecer que muitos que o acompanharam estão hoje contra si, como contra si reconhece que está a juventude e a grande massa dos católicos, razão porque defende que há que «aguentar, aguentar».

E dão conta, tais camaradas, das inúmeras pequenas e grandes lutas, algumas de tipo superior, como a greve, que o regime desde há muito proíbe e reprime, que desde as últimas eleições para cá têm lugar todos os meses, mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores e sendo alguns vitoriosos, como os pescadores, portuários do Porto e outros? Assistiu a nossa juventude a acções tão largas como as que tiveram lugar nas últimas eleições presidenciais, contra a repressão e em defesa das liberdades fundamentais? E tudo isto será obra do acaso, ou o resultado das disposições de luta do nosso povo que se amplia, ao mesmo tempo que as forças de Salazar se isolam e enfraquecem? Creio não ser preciso responder, uma vez que cada camarada sabe que as lutas não se dão nem saem vitoriosas por obra do acaso e sente quanta revolta existe em cada peito.

Não é a unidade e a acção que queimam os nossos camaradas. A experiência das inúmeras lutas que o nosso Partido tem forjado e conhece desde a sua existência, mostram-nos que, desde que saibamos forjar uma forte unidade à base não só dos mais ou menos chegados a nós, mas de todos os que, das mais variadas formas estejam dispostos a dar a sua contribuição em defesa de tal ou tal reivindicação, as lutas

sairam total ou parcialmente vitoriosas e as organizações do Partido defendidas.

Hoje, que o isolamento do regime e a disposição de luta do povo nunca foram tão grandes, na medida em que os comunistas se liguem mais e mais às massas e as organizem numa ampla base de unidade, nenhuma força repressiva as poderá deter na sua marcha ascensional revolucionária, que levará ao derrubamento do salazarismo e à emancipação da classe operária.

Aos camaradas que põem obstáculos à unidade e tentam justificar a sua inacção com o «as massas não querem», faço duas perguntas: No plano reivindicativo, existe em alguma fábrica, herdade, barco ou escritório, trabalhadores que não desejam o aumento de salários, trabalho assegurado nos 6 dias e que não haja desemprego? Creio que os camaradas dirão que não existem operários que virem as costas aos seus interesses, mas antes os defendem. Sendo assim, também creio que todos reconhecerão que está criada a base principal para que os comunistas, pacientemente, esclareçam e unam à sua volta os seus companheiros de trabalho para acções comuns em defesa dos mesmos problemas.

Nas empresas, nas povoações e no campo, os operários, os intelectuais, os pequenos comerciantes e Industriais, as donas de casa e a juventude, os pequenos proprietários e os trabalhadores agrícolas, como vltimas que são dum regime que só lhes traz maior miséria e dificuldades, não estão interessados numa mudança de regime? Se todos nós verificamos a todo o instante as mais variadas acções, desde os documentos assinados por centenas de pessoas das mais variadas condições sociais e correntes políticas aos manifestos, cartazes e tarjetas, legendas e protestos pedindo que Salazar se demita, está criada a base principal para que possamos unir e organizar todos os descontentes com a actual situação, à base de comissões de Libertação.

Para que isto se torne realidade, não podemos esperar que sejam as massas que, pelas suas dificuldades e num estado emocional, venham junto de nós mas antes que sejam as organizações, cada organismo e camarada a procurar a melhor forma de esclarecer e unir — que poderá não ser a mais fácil — e se lancem decididamente nessa acção.

Uma unidade ampla e forte; uma larga acção de massas à frente das quais devem estar os comunistas ombro com ombro com todos os que desejam uma vida mais feliz e um futuro melhor, longe de nos queimar, defende, na medida em que, fundidos com as massas, o inimigo tem dificuldade em saber onde começa e acaba o Partido.

Um comunista deve ser uma fonte de esclarecimento junto dos seus companheiros e conhecidos. Nas empresas e onde quer que existam trabalhadores, mesmo durante o trabalho e nas horas das refeições, é nosso dever não nos isolarmos, mas antes procurar os companheiros e abrir conversa sobre os problemas que mais os afectam.

Nas colectividades, nas escolas e oficinas, nos cafés e nos bairros, os comunistas devem igualmente



ir ao encontro das massas e abrir discussão sobre os problemas que as afligem.

Na medida em que actuarmos de forma franca e aberta à volta dos problemas que a todos dizem respeito, que todos sentem e desejam fazer algo em sua defesa, ligar-nos-emos mais às massas, forjaremos uma unidade ampla e forte e o nosso Partido, fundido

com as massas, estará muito mais defendido.

A União Faz a Força. Porém, os comunistas não podem esperar que essa força lhes caia na mão. Ela tem que ser o resultado do esforço e da elevada compreensão de cada membro do Partido, para que possamos corresponder às perspectivas que se nos abrem e ao desejo de libertação do nosso povo.

ALGUNS PROBLEMAS DO MOVIMENTO MUNDIAL DA PAZ

por VELIO SPANO

O Movimento Mundial da Paz celebra o seu 10 aniversário. Por este motivo organiza uma série de reuniões e manifestações, nas quais poderá precisar as suas tarefas actuais à luz da experiência dos dez anos transcorridos. Importa, nesta altura, que também os comunistas que militam no Movimento da Paz fixem as suas posições frente aos novos problemas surgidos nos últimos anos.

A primeira consideração que devemos fazer e que se impõe a todas as demais, é a seguinte: quem examine a distribuição das forças da paz, enquadradas em distintas organizações das diferentes regiões do mundo, verá claramente o imenso caminho que foi necessário percorrer para conseguir que os povos tomassem consciência da importância política e humana de um movimento organizado em defesa da paz e para que o próprio movimento adquirisse um carácter de massas. Mediante as suas campanhas mundiais e a acção metódica dos seus comités nacionais e locais, o movimento da Paz trouxe uma contribuição decisiva aos resultados obtidos. O Movimento contribuiu para despertar as consciências, favoreceu a incorporação dos povos na solução dos problemas da política internacional e, finalmente, facilitou, por distintas formas e em diversos lugares, o aparecimento e consolidação de novas forças pacíficas.

Envergadura dos movimentos pró-paz

No mundo apareceram, efectivamente, novas forças pacíficas. Algumas surgiram ao lado do Movimento Mundial e estão ligadas a ele: tal é o caso do Japão, onde o movimento pela proibição das bombas atómicas e de hidrogénio rapidamente adquiriu a capacidade de exercer uma enorme influência sobre as massas: tal é o caso da Índia, nos meios políticos e sociais influenciados pelo Partido do Congresso; tal é o caso da Austrália e dos Países Escandinavos, entre as organizações cristãs e os sindicatos. Outras apareceram independentemente do Movimento Mundial ou não têm com ele nenhum vínculo preciso. Assim ocorre, por exemplo, com o movimento pelo desarmamento atómico que se desenvolve em Inglaterra em torno do reverendo Collins e de Bertrand Russel; com o movimento da Reconciliação, nascido por iniciativa dos cristãos de alguns países do Ocidente; assim ocorre, finalmente, com os grandes movimentos de opinião vinculados à social-democracia alemã e ao Partido Trabalhista Inglês.

O desenvolvimento destas forças pacíficas desligadas do Movimento Mundial da Paz constitui um fenó-

meno político de extraordinário interesse no qual não podemos deixar de fixar a nossa atenção. Estes movimentos distinguem-se por dois aspectos, de certo modo contraditórios, mas nem por isso menos reais. Por um lado, os homens que os dirigem mantêm uma atitude de desconfiança, acentuada nos últimos anos, para com o Movimento da Paz. Como os comunistas desenvolvem uma grande actividade no Movimento, esses dirigentes temem, erroneamente, que as suas próprias acções possam coincidir com as da diplomacia soviética. Tudo isto tem por base uma interpretação equivocada ou intencionalmente deturpada de certos acontecimentos internacionais (como, por exemplo, os acontecimentos da Hungria), que serviram de pretexto aos inimigos do socialismo para desencadear uma furibunda campanha anti-soviética e anti-comunista. Por outro lado, estes movimentos fizeram suas as consignas e posições políticas características do Movimento Mundial da Paz.

O aparecimento destas forças pacíficas, não obstante a desconfiança dos seus dirigentes para com o nosso Movimento, é considerada por nós como um facto altamente positivo. Isto é o que devemos dizer antes de tudo, de um modo preciso e inequívoco. Mas não é menos evidente que o carácter contraditório destas forças, coloca ante nós, comunistas, como ante todos os partidários consequentes da paz, uma tarefa política bem precisa: consolidar por todos os meios a convergência nos pontos políticos comuns da luta pela paz e dissipar com a nossa actividade concreta a injustificada desconfiança para conosco.

Pois bem, antes de enfrentar de um modo concreto este problema político, devemos constatar com satisfação que essas forças existem e tendem a desenvolver-se e que, ainda que surgidas aparentemente à margem do Movimento Mundial da Paz, este não foi certamente alheio ao seu aparecimento e desenvolvimento. Longe de nós a ideia de que essas forças pacíficas nasceram por uma exigência táctica de competir com o Movimento Mundial. Estamos profundamente convencidos da honestidade e da nobreza de objectivos de milhões de homens e de mulheres que desejam lutar pela paz nos movimentos organizados pelo reverendo Collins, pelo Partido Trabalhista, pela social-democracia alemã ou pelos cientistas alemães ou norte-americanos, apesar desses movimentos não quererem manter relações conosco. E, por outro lado, nós estamos dispostos a todo o momento a apoiar as suas acções com todas as nossas forças, como ficou sublinhado na última reunião de Moscovo do Bureau do Conselho Mundial da

Paz. Entretanto, não podemos deixar de assinalar que essas forças surgiram e se desenvolveram na base das consignas e das experiências do Movimento Mundial da Paz. Sem os seus dez anos de actuação não haveriam aparecido provavelmente os movimentos que actualmente se estão desenvolvendo na Inglaterra, Alemanha Ocidental e Estados Unidos ou, em qualquer caso, não teriam o carácter de massas nem a clara orientação que hoje têm. Por isso, os partidários da Paz, e entre eles nós, os comunistas, podemos assinalar com legítimo orgulho o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças pacíficas. E é justamente este progresso que faz modificar a situação, modificando-se, em consequência, as condições em que há-de actuar o Movimento Mundial dos Partidários da Paz.

Existem tendências de defesa da Paz fora do Movimento Mundial, mas existe também uma nova e imensa força que marcha ombro com ombro com o nosso movimento e algumas vezes se funde com ela. Esta grande força é a luta de libertação nacional nas colónias e ex-colónias. As representações dos povos que lutam pela sua libertação multiplicaram-se durante estes últimos anos no seio do Movimento Mundial da Paz, onde o seu papel também aumentou consideravelmente. Este facto que colocou novos problemas ao Movimento, foi rapidamente tido em conta, como o demonstram os trabalhos da sessão de Nova Deli (Março de 1958) do Bureau do Conselho Mundial da Paz e do Congresso para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional, celebrado o ano passado em Estocolmo. Tão pouco é de estranhar que na Reunião do Bureau do Conselho Mundial, que teve lugar em Moscovo no passado mês de Fevereiro, se concentrasse a atenção nestes novos problemas.

O problema da colonialismo

No decorrer da discussão dos novos problemas, foram manifestamente colocados, na referida reunião, dois factores fundamentais, que de certo modo (e só de CERTO MODO, como adiante veremos) são contraditórios. Por um lado a impossibilidade de conservar o carácter mundial do Movimento, a sua força e a sua influência entre as massas, se se ignora ou se menospreza a contribuição do movimento de libertação nacional ao nosso Movimento e, em geral, a luta pela defesa da paz. Por outro lado, a impossibilidade de conservar o carácter mundial do Movimento, a sua força e a sua influência entre as massas, se se considera pura e simplesmente, como é o caso de muitas personalidades dos países asiáticos e africanos, que a luta de libertação nacional é o elemento fundamental e a força principal do Movimento Mundial da Paz em todos os países do Mundo. A simples comprovação deste facto impôs nos últimos anos ao Movimento Mundial uma primeira conclusão: a necessidade de precisar a base política e o carácter do Movimento, tendo em conta a enorme contribuição dada ao Movimento da Paz e à sua causa geral pelos povos que lutam pela sua independência nacional, e, ao mesmo tempo, a necessidade de manter e ampliar os contactos com outras forças pacíficas alheias ao nosso Movimento.

Esta primeira conclusão não é, naturalmente, uma conclusão exaustiva dos problemas. Mas é preciso notar que, paralelamente à crescente influência dos países afro-asiáticos, no seio do Movimento Mundial da Paz produziu-se um reagrupamento de forças: o Movimento desenvolveu-se impetuosamente nas colónias e ex-colónias, ao mesmo tempo que nos países capitalistas experimentou certo afrouxamento e em alguns casos inclusivé um certo debilitamento. Este último fenómeno é apenas parcial, porquanto se refere unicamente a alguns países capitalistas, e em particular a certos países da Europa Ocidental, não havendo afectado países como o Japão, Austrália, América Latina, etc. Mas trata-se de um fenómeno real e não podemos ignorá-lo.

Desta situação, que é nova pelos seus elementos políticos e pela correlação das forças nacionais no seio do Movimento Mundial, deriva a variedade de temas e de perspectivas que se notaram de um modo particularmente sensível no Congresso de Estocolmo em 1958 e depois dele.

O primeiro problema que surge relativamente ao diferente ritmo de desenvolvimento do Movimento nos países da Europa Ocidental e nos demais países, é o seguinte: o que é mais importante, o que ocorre na Europa Ocidental ou o que sucede no resto dos países? E, numa escolha, a que é que deve dar-se preferência: assegurar um desenvolvimento mais rápido do Movimento nos países capitalistas da Europa ou no resto do mundo? O documento sobre a guerra fria aprovado na última reunião do Bureau do Conselho Mundial da Paz contém uma resposta explícita a esta pergunta: não se pode dar preferência ao desenvolvimento do Movimento num país ou num grupo de países sobre o seu desenvolvimento noutro país ou noutro grupo de

países. É preciso assegurar em toda a parte o desenvolvimento do Movimento da Paz e, em geral, o de todas as forças pacíficas.

Contudo, não é possível deixar de ter em conta que é precisamente na Europa onde o perigo de guerra se apresenta de forma mais ameaçadora e que esta parte do mundo é o centro de acção das forças sociais europeias e americanas que tendem a desencadear a guerra. Os partidários da paz não devem em caso algum distrair a sua atenção dos acontecimentos europeus e isto por duas razões: a) — pela importância primordial que o velho continente todavia continua tendo nos problemas de guerra e da paz em todo o mundo; b) — porque o debilitamento das forças pacíficas na Europa, e em geral em todo o Mundo capitalista, acentuaria as contradições e a oposição entre a Europa e as demais partes do mundo (países socialistas e afro-asiáticos), contribuindo de um modo objectivo para activar a política a partir de posições de força e aumentando a possibilidade de um conflito. Em definitivo, o triunfo corresponderia sem dúvida alguma às forças pacíficas, mas não fica excluído o perigo de que houvesse de obter esse triunfo através da guerra, enquanto que nós queremos triunfar por meios pacíficos.

Os documentos da reunião de Moscovo do Bureau não eliminaram (não podia ser de outro modo) a diversidade existente no seio do Movimento Mundial quanto à interpretação e valorização da situação presente. Além disso, tal diversidade é natural num movimento tão amplo e complexo como o nosso, no qual tomam parte comunistas e democratas-burgueses, materialistas e idealistas de diversos países e de distintos camadas sociais e intelectuais. Esta diversidade manifesta-se hoje em dia sobretudo ao debater-se um tema fundamental: que posição deve manter actualmente o Movimento Mundial da Paz frente ao imperialismo e ao colonialismo?

Dois atitudes distintas ante o problema do colonialismo

Poucos são hoje os que ainda se atrevem a defender abertamente o colonialismo. É evidente, portanto, que ninguém tente tomar a sua defesa no seio de um grande movimento democrático como é o dos Partidários da Paz. Contudo, existe no nosso Movimento uma tendência para ignorar os problemas colocados pelo colonialismo ou, pelo menos, para menosprezá-los e deixá-los de lado. Esta tendência tem como origem a convicção, justa em si, de que o Movimento Mundial dos Partidários da Paz não pode identificar-se com a luta anti-imperialista, anti-colonialista. Muitos dos que assistiram ultimamente às reuniões e congressos do Movimento ficaram com a impressão de que os nossos amigos ingleses são particularmente sensíveis a esta tendência, coisa que, além disso, é natural, já que para os ingleses partidários da paz o problema da morte atómica prevalece sobre todos os demais. Mas não é menos natural que noutros lados este problema se sinta de outro modo. Em muitos países, por exemplo, o problema da bomba H preocupa menos as massas que o perigo de encontrar-se debaixo do facho do gendarme colonial. No Japão, a preocupação da morte atómica vem juntar-se ao temor de perder a independência nacional. Nos próprios Estados Unidos, os problemas inerentes ao perigo atómico sentem-se com menos agudeza que em Inglaterra.

Por outro lado, existe também a tendência para acentuar a luta anti-colonial (e, por conseguinte, a luta anti-imperialista), centrando nela TODO o Movimento da Paz; isto, além do mais, é natural em países que são vítimas directas da repressão colonialista ou sobre os quais paira a ameaça de tal repressão. Podem servir de exemplo a maioria dos países da Ásia, África e América Latina: E é natural que este problema não possa ser sentido com a mesma intensidade por outros partidários da paz, como, por exemplo, os ingleses. Seja o que for, ambas as tendências existem e revelam a presença de dois pontos de vista unilaterais sobre a luta pela paz. Na reunião celebrada em Moscovo pelo Bureau do Conselho Mundial da Paz assinalou-se acertadamente que estas duas tendências são inaceitáveis, por unilaterais, e, por conseguinte, devem ser consideradas do ponto de vista das justas posições de que são portadoras uma e outra.

A luta pela paz não é uma manobra táctica

A este propósito convém salientar desde o primeiro momento que o problema não se reduz ao plano táctico a um cálculo numérico ou político das amigas que o desenvolvimento de uma ou outra tendência poderia atrair, conservar ou fazer perder ao Movimento. O inglês partidário da paz tem indubitavelmente razão ao preocupar-se em evitar tudo quanto possa fazer-lhe perder amigos em Inglaterra; mas, como partidário da paz, não

pode deixar de pensar nos amigos que se podem ganhar ou perder nos países que se chamam sub-desenvolvidos. Por outro lado, o indonésio partidário da paz tem razão ao preocupar-se pelo que acontece no seu país, mas não pode deixar de pensar, ao mesmo tempo, no que acontece em Inglaterra ou na Holanda. Nem a paz nem a guerra se fazem unilateralmente. Já dissemos que o problema não pode resolver-se no plano tático, porque nele não podem conciliar-se as justas reivindicações em que se baseiam ambas as tendências.

Com efeito, se se tenta definir a atitude do Movimento Mundial da Paz ante o colonialismo partindo de simples exigências táticas, isto é, do cálculo dos amigos que se podem ganhar ou perder em tal ou tal país, ou se cai no genérico e se priva o Movimento da todo o prestígio (se se sublima a importância da luta de libertação nacional), ou se faz depender o Movimento exclusivamente dos interesses dos povos que lutam pela sua independência nacional e se passa de uma perspectiva de entendimento recíproco a uma perspectiva de conflito. Num ou noutro caso, o nosso Movimento não poderia conservar a sua unidade, nem, por conseguinte, o seu valor universal, quer dizer, não poderia ser o que deve ser: um movimento mundial da paz. Ao rechegar a primeira hipótese, os partidários da paz passam necessariamente de uma visão tática a outra mais geral, a uma visão política; ao rechegar a segunda hipótese, passam necessariamente do particular aos problemas gerais da política da paz, na qual está interessada toda a humanidade.

Aqui poderia fazer-se a objecção de que as razões táticas têm muita importância. Nós, os comunistas, estamos profundamente convencidos de que, ao fim e ao cabo, a causa da paz e a causa do socialismo coincidem. Mas, precisamente por isso, a manutenção da paz é para nós um grande objectivo estratégico e não um simples objectivo tático. E a acusação de que nós, os comunistas, participamos tão activamente no Movimento da Paz só para poder criar nesta base um agrupamento de forças que nos permita derrotar mais facilmente o capitalismo num encontro directo, a acusação de que a luta pela paz para os comunistas só tem o valor de ser um meio, um instrumento, é a mais vil das calúnias dos nossos inimigos. Na realidade, nós consideramos que, historicamente, o socialismo já ganhou a batalha no mundo; consideramos também que uma nova guerra significaria o fim do capitalismo. Mas nenhum de nós, sobretudo com o desenvolvimento actual da ciência atómica, está disposto a pagar esse preço para acelerar a vitória definitiva do socialismo. Queremos edificar o socialismo para todos os homens, mas não a expensas do bem-estar geral da humanidade; não há entre nós homens tão loucos que se proponham edificar o socialismo sobre ruínas e sobre a morte.

Na realidade, nós desejamos a paz pelas mesmas razões por que desejamos o socialismo: porque acreditamos que a paz, como o socialismo, é uma das condições fundamentais do bem-estar, da felicidade e da liberdade dos homens. E a primeira condição de tudo isto é a vida.

Aos que, neste ponto, nos quissem observar que, dadas tais premissas, seria mais simples para nós desenvolver pura e simplesmente uma luta frontal pelo socialismo, porquanto o triunfo do socialismo asseguraria automaticamente a paz, nós respondemos claramente com três argumentos de carácter político.

Em primeiro lugar, a luta pelo socialismo, desligada da luta pela paz, agudizaria as contradições, e não só as de carácter social dentro de cada país, mas também as de carácter internacional entre diferentes países;

em segundo lugar, nem todas as forças que se pronunciam pelo socialismo têm a mesma ideia dele, nem estão de acordo quanto aos métodos e aos meios de construí-lo, como tão pouco quanto aos métodos e meios de superar e conciliar as suas divergências. Infelizmente, vemos que no seio do movimento operário existem divergências muito arraigadas, que por vezes obedecem a preconceitos e inclusive a um medo pânico ante os comunistas.

Um exemplo típico é nos oferecido pelos sociais democratas alemães honestos, cujo número se eleva sem dúvida a centenas de milhares de pessoas, os quais, embora por um lado suportem uma ditadura capitalista que chegou inclusive a proibir o Partido Comunista, continuam, por outro, apartados dos comunistas, mesmo que estes demonstrem com experiências concretas (como as grandiosas realizações da União Soviética, da China e da República Democrática Alemã) e com claros argumentos políticos que a ditadura do proletariado se baseia, e não pode deixar de basear-se, no consenso da maioria do povo;

em terceiro lugar, deve reconhecer-se que hoje, aumentou muito mais o número dos que querem a paz do que os que têm clara consciência de que o capitalismo, sobretudo pela sua

política imperialista e colonialista, constitui para a paz do mundo o perigo mais grave e mais permanente.

Dizemos, com efeito, que a época do colonialismo terminou. Mas a liquidação do actual sistema colonialista aparece paradoxalmente como um processo que se desenvolve com mais rapidez nos factos que na consciência de muita gente. Algumas metrópoles perderam as colónias antes de muita gente ter perdido a mentalidade colonialista. Esta discordância obedece à camuflagem adoptada nestes últimos tempos pelo esquartejado colonialismo. As formas desta camuflagem são variadas: a doutrina Eisenhower e certos pactos militares «defensivos», a teoria da necessidade comum de lutar contra o comunismo, a teoria da comunidade de interesses dos países colonialistas e das colónias, etc.

Valha por todos o trágico exemplo da França. A guerra da Argélia é, por um lado, uma guerra de libertação nacional, e, por outro, uma guerra abjecta de domínio e opressão colonial. Não restam dúvidas de que se esta guerra fosse apresentada ao povo francês na sua crua realidade, a maioria dos franceses se lhe oporia e o problema resolver-se-ia pela única forma lógica por que pode resolver-se: a independência da Argélia seria a base natural de uma paz duradoura e de facunda colaboração entre ambos os países. Mas na vida as coisas não são tão simples. Enquanto, por um lado, a luta pela paz não teria sentido em França, se se fizesse caso omissivo do problema colonial, por outro lado, o movimento dos partidários da paz teria ali uma base demasiado restrita se pretendesse identificar a luta pela paz com a luta contra o colonialismo. O que importa, portanto, é conseguir que as massas compreendam o que é o colonialismo.

Não se trata, com efeito, de agrupar, na base da defesa da paz, amplas forças para acabar com o colonialismo e com o sistema capitalista que o engendra, mas demonstrar aos que não querem a guerra que o colonialismo é uma ameaça permanente para a paz. Pode acontecer — e é inevitável que assim aconteça — que um honrado e sincero amigo da paz, ao achar-se perante o perigo de uma guerra e ao procurar encontrar as suas causas, se dê conta de que não se pode defender a paz sem reconhecer plenamente o direito de todos os povos à independência nacional.

O carácter do Movimento Mundial da Paz

A possibilidade de conciliar as duas tendências manifestadas nos últimos anos no Movimento Mundial da Paz torna-se, deste modo, mais real. O imperialismo, que é um fenómeno múltiplo e complexo com diversas manifestações, enraizado em qual figura o colonialismo, tem raízes e causas bem definidas dentro de um determinado sistema social, precisamente dentro do capitalismo. Contra o imperialismo como tal, há que lutar, arrancando as suas raízes. Esta é a tarefa dos comunistas. Mas também se pode combater com eficácia o imperialismo limitando a sua acção e as suas possibilidades num sector (luta pela independência nacional num país) ou em alguns dos seus aspectos (luta anti-colonialista em geral). É justamente neste sentido que o movimento pela paz combate o imperialismo e o colonialismo.

O Movimento da Paz, como tal, não tem nem pode ter um carácter especificamente anti-imperialista nem anti-colonialista, porque, além disso, nem sempre o perigo da guerra deriva necessariamente do imperialismo e do colonialismo. A causa desse perigo reside às vezes no choque de interesses de países não imperialistas. Mas, mesmo em tais casos, o imperialismo desempenha o papel de catalizador da guerra. E em geral, no mundo dos nossos dias, resultando daí a evidente impossibilidade de assegurar uma paz duradoura baseada na submissão ou na exploração de um povo por outro, quem põe em perigo a paz é justamente o imperialismo, que a todo o custo deseja manter os seus privilégios e assume uma atitude agressiva frente aos Estados do campo socialista e aos povos dos países dependentes ou das ex-colónias. O Movimento da Paz depara com o perigo de uma guerra na qual está interessado o imperialismo, e, por isso, pouco a pouco, vai adquirindo de facto um conteúdo anti-imperialista.

No Movimento Mundial dos Partidários da Paz participam pessoas de mais diversa índole. É natural, por isso, que as suas apreciações sejam diferentes. O único elemento que as une — com o respeito recíproco pelas diferentes concepções — é o desejo e a capacidade de reconhecer e combater o perigo de guerra onde ele se manifesta concretamente. Dissemos único elemento, mas o próprio tempo é o elemento essencial, determinante. Nele reside o critério da unidade mundial do movimento, a sua capacidade de colaborar com outras forças pacíficas e, por conseguinte, a base da conciliação entre as duas

tendências de que falámos.

Naturalmente, é mais fácil estabelecer esse critério em teoria do que na prática, nos casos concretos. É fácil descobrir o perigo de guerra nos seus traços gerais e onde se enfrentam directamente os protagonistas da história contemporânea. É mais difícil descobrir o perigo de guerra quando deriva de uma situação particular. Para aumentar esta dificuldade contribui a circunstância de que algumas das situações perigosas criadas nos últimos anos têm sido resolvidas ou, pelo menos, não provocaram uma guerra mundial, como podia temer-se. Tal é o caso da agressão no Suez, do desembarque de tropas norte-americanas no Líbano e inglesas na Jordânia, das provocações de Quemai e Matsui, etc. Muitos não se dão conta de que nestes casos se pôde evitar a guerra graças precisamente à intervenção das potentes forças pacíficas, tanto no terreno diplomático como no campo das acções de massas. Persuadidos de que estas crises se resolveram por si só, muitos pessoas adoptaram uma atitude de passivos espectadores. Por outro lado, é evidente que alguns conflitos, inclusive os muito graves, que em determinados momentos contribuíram para acentuar a tensão internacional, tiveram diferente repercussão nos diversos países e nas diferentes partes do mundo. Tal diversidade obedece a razões subjectivas (na Itália, por exemplo, a reacção dos massas contra a agressão ao Líbano foi muito mais vigorosa que no caso de Taiwan) e também, em parte, a razões objectivas, que não podem deixar de se ter em conta.

De tudo isto resulta que o Movimento da Paz, se quer conservar, como deve, o seu carácter mundial, não deve nem poder fixar a sua atenção em questões de detalhe (ou no que poderia ser considerado como questões de detalhe), mas tem sim que atentar nos grandes problemas da luta pela paz. Uma prova disso é-nos demonstrada pela diferente ressonância que os nossos documentos têm tido. É evidente, mesmo para quem conhece apenas sumariamente a história do nosso Movimento, que as resoluções do Conselho Mundial da Paz que mais o eco têm tido, foram precisamente as mais simples e as que reflectiam questões universalmente sentidas. Perdura como exemplo clássico o Apelo de Estocolmo contra as armas atómicas. Não deve ocultar-se o facto de que as questões particulares podem ter grande importância em determinados países ou regiões. É evidente, por exemplo, que a agressão contra o Líbano despertou vivíssimo eco no mundo árabe e nos países afro-asiáticos e deu um impulso ao movimento pela paz nessa parte do mundo. E teria sido estranho que a organização dos partidários da paz não se tivesse ocupado desse problema. Um exemplo de outro género: entre os problemas da luta pela paz na Itália, o mais grave e urgente é sem dúvida o da oposição à instalação de bases para o lançamento de foguetes providos de ogivas atómicas, e tornar-se-ia estranho que o Movimento da Paz não se ocupasse dele. Daqui a necessidade de uma maior autonomia dos movimentos nacionais pró-paz. Esta autonomia que, além disso, já foi alcançada pelos movimentos nacionais mais fortes, coloca o problema político de uma aplicação ampla, inteligente e não mecânica da linha geral do Movimento Mundial da Paz.

Necessidade de acções concretas

Evita-se assim o duplo perigo das consignas susceptíveis de obfuscar os contactos e o entendimento com outras forças pacíficas e da apresentação de questões problemáticas, académicas e, portanto, estériles. Nenhuma acção pela paz pode ter um carácter académico. Esta exigência é válida para todos os aspectos da luta pela paz, tanto para as questões de tipo particular, como para as de tipo mais geral ou universal. Oferece-nos um exemplo típico o modo como se colocam hoje os problemas relativos à organização pacífica da Europa, a solução do problema de Berlim e, finalmente, a convocatória de uma conferência europeia das forças pacíficas, cuja oportunidade foi salientada por diversas personalidades de vários países.

Qual deverá ser a linha desta Conferência? Iremos para ela firmemente decididos a impor cada um as nossas próprias teses? Certamente que não, porque nesse caso a Conferência europeia, embora tais reuniões sejam úteis só por si, teria um carácter meramente académico. E se, pelo contrário, se celebrasse a Conferência segundo um plano pré-determinado, apresentando nela resoluções já preparadas? Isto de certo que também não, porque também neste caso correríamos o risco de cada um ficar com a sua própria opinião. Finalmente, será necessário, depois

da Conferência, que em todos os países europeus se leve a cabo a luta pela organização pacífica da Europa do mesmo modo e do mesmo grau de intensidade nos mesmos temas? Também não, porque neste caso correríamos o risco de perder o estímulo que para cada um representa a consciência de que a solução proposta é adequada às peculiaridades nacionais da sua pátria. Num país é o rearmamento alemão e a integração económica o que constitui o perigo maior; noutros é a instalação de rampas de lançamento de foguetes, etc., etc. Na Conferência europeia, as forças pacíficas, postas previamente de acordo sobre o objectivo geral, que é o de dar à Europa uma organização pacífica estável, deverão discutir as diversas soluções já propostas (plano Gaitskell, plano Rapacki, propostas soviéticas respeitantes a Berlim, etc.) com o firme propósito de achar uma solução pacífica, ainda que seja apenas parcial, ainda que sirva apenas de ponto de partida, mas que possa ser submetida com proveito à atenção das massas.

A exigência que expusemos para as questões de detalhe, que não há-de estar necessariamente ligadas entre si, é também válida em certo sentido para as grandes questões da luta pela paz. O Movimento Mundial tem a sua política e nela confluem diversos elementos. Uns têm uma repercussão mais profunda num país ou num grupo de países, enquanto outros têm repercussão noutro país ou noutro grupo de países. Há pessoas que atribuem mais importância à luta contra o desarmamento atómico; outras, à luta contra a guerra fria; outras, enfim, a determinado aspecto desta última.

Agora resulta evidente que estas duas considerações são válidas para a unidade interna do Movimento Mundial da Paz e para a possibilidade de entendimento com os outros movimentos. Não restam dúvidas de que é mais fácil estabelecer uma plataforma comum às diversas forças pacíficas de uma mesma região. Por exemplo, as forças pacíficas europeias ser-lhes-ia mais fácil achar uma solução, ainda que fosse apenas parcial, para a organização pacífica da Europa, como também é mais fácil um entendimento geral das forças pacíficas de todo o mundo em torno de um só problema, como, por exemplo, a luta contra o perigo atómico. Mas isto não basta, claro está, para lograr um entendimento entre o Movimento Mundial da Paz e as outras forças pacíficas. É preciso que estas forças estejam firmemente convencidas, como nós o estamos, de que a nossa luta pela paz não é um mero instrumento, de que não nos movem segundas intenções. E, sobretudo, é necessário que as outras forças pacíficas compreendam que para nós, comunistas, a luta pela paz não é de modo nenhum um meio de lutar pelo socialismo, nem, muito menos ainda, um instrumento da nossa luta pelo Poder.

Não se trata para nós de dar as «garantias» que outros nós pedem. Acontece a miúdo que quem nos exige garantias de objectividade, não pode por sua vez dar nenhuma garantia, porquanto os move essencialmente o desejo de fazer perdurar de algum modo o regime capitalista, um regime definitivamente anodrecido. Por vezes quem nos exige garantias no terreno da luta pela paz, exige-as também no terreno da democracia, mas apolam, entretanto, formas de poder que de democráticas só têm o nome. Além do mais, pode-se ser realmente objectivo perante pessoas que falam de paz e na prática actuam com vistas à guerra? A verdade é que ninguém tem o direito de impor aos comunistas que militam no Movimento Mundial da Paz a sua própria apreciação de acontecimentos que se desenrolam ante os seus olhos. Este é um ponto essencial, mas devemos compreender que se é essencial para nós, também o é para os outros.

Por isso, há que discutir, há que buscar pontos de contacto que possam levar-nos a apreciações comuns; mas ninguém, nem nós tão pouco, deve procurar, em caso algum, impor as suas próprias opiniões aos demais.

O problema da responsabilidade

Aqui surge o problema da responsabilidade da situação actual e em particular o problema de quem é o responsável da guerra fria. Os comunistas têm sobre isto ideias bem precisas. Estamos convencidos, e demonstramo-lo amplamente por ocasião da nossa polémica com a



liga dos Comunistas da Jugoslávia, que a responsabilidade da guerra fria recai exclusivamente sobre o campo imperialista. Em caso algum podemos silenciar esta nossa opinião, nem renunciar a apontar os responsáveis, pois caso contrário corremos o perigo de toda a luta pela paz perder a sua finalidade e a sua eficácia. Tão pouco podemos renunciar à nossa visão geral da situação, já que as questões ideológicas, ao passar pela prova dos acontecimentos graves, se convertem a miúdo em questões políticas e, se estas contêm um erro de fundo, travam a acção das massas.

Devemos reconhecer, entretanto, que existem forças pacíficas que não estão de acordo connosco na questão da responsabilidade e que inclusivamente dentro do Movimento Mundial da Paz há pessoas absolutamente sinceras que não estão completamente de acordo connosco nesta questão. Por conseguinte, não devemos ter a pretensão de estabelecer com as demais forças um acordo total, e menos ainda um acordo preventivo, sobre o problema da responsabilidade. Se o fizéssemos, reduziríamos desde o início qualquer possibilidade de conseguir, não só acções coordenadas, mas nem sequer acções convergentes em defesa da paz. Devemos dar-nos conta de que é possível desenvolver acções comuns, ou pelo menos convergentes, para conseguir objectivos concretos da luta pela paz, mesmo no caso de não existir acordo no problema da responsabilidade. Este problema que deve constituir necessariamente a base da nossa acção comunista de política externa em qualquer país e no âmbito internacional, não pode ser a base da nossa acção pela paz.

Não devemos esquecer, além disso, que nós, os comunistas, sobretudo na nossa luta pela paz, devemos vencer uma desconfiança que está profundamente arraigada. Há quem pense que nós, suceda o que suceder, sempre estaremos de acordo com a diplomacia da União Soviética e do campo socialista. É certo que agora estamos de acordo no fundamental com a diplomacia da União Soviética e de todos os países do campo socialista, mas, como partidários da paz, não nos regemos por um desejo pré-estabelecido de adaptar-nos a essa acção diplomática, a não ser por um reconhecimento efectivo de que a diplomacia da União Soviética e a do campo socialista aplica consequentemente uma política de paz. A este respeito é significativa a atitude do clero católico de países como a Polónia e Hungria, que rigorosamente obediente à Igreja de Roma, aprova e apoia a diplomacia do campo socialista. Aos que nos pedem que nos situemos por cima dos blocos, aos que nos acusam de estar sempre ao lado de uma das partes contra a outra, nós respondemos dizendo que, efectivamente, sempre estamos ao lado da parte que defende a paz e sempre estamos contra os que provocam a guerra.

Os partidários da paz não têm culpa de que nas grandes disputas internacionais seja sempre uma destas duas partes a que aplica uma política consequente de paz. No fundo, esta questão ficou esclarecida

com grande simplicidade pelo camarada Krutchov durante a sua entrevista com os assistentes à reunião do Bureau do Conselho Mundial da Paz celebrada em Moscovo em Fevereiro do presente ano, quando disse: «*Alguns de vós podem considerar estranho que o seu Movimento não se oponha nunca à política da União Soviética. Pois bem, nós dizemos-thes: se vedes que nos enganamos, deveis dar-nos o vosso conselho. Nós escutá-lo-emos. Mas parece-me que thes será muito difícil objectar contra as acções da União Soviética, porque estão sempre orientadas em defesa da paz.*» (1) E aos que pescam em águas turvas diremos, além disso, que estamos em geral de acordo com a política da União Soviética, porque a União Soviética defende a paz, e não é verdade que defendemos a paz unicamente porque a União Soviética está a favor da paz.

Tais são, a meu ver, alguns dos difíceis problemas com que se defronta actualmente o Movimento Mundial dos Partidários da Paz. Procurámos expô-los não de um modo exaustivo, claro está, mas sim com a maior franqueza, já que estamos persuadidos de que embora as forças da paz tenham aumentado de tal modo que podem impedir na prática o desencadeamento de uma guerra, entretanto, o perigo não deixou de existir, pois de ano para ano são mais destruidoras as armas de guerra. Ao mesmo tempo estamos convencidos que se hoje em dia se desenvolveram tanto as forças da paz no mundo inteiro, para isso contribuiu em grande medida o Movimento Mundial. O seu mérito principal consiste em haver demonstrado o que pode conseguir na realidade um grande movimento das massas populares. E isto levamos a repetir o que dissemos no começo deste artigo.

O Movimento Mundial da Paz nasceu há dez anos em condições muito mais difíceis que as actuais. E, não obstante, graças à clareza dos seus objectivos e ao seu firme desejo de alcançar uma ampla unidade, adquiriu grande força e vasta influência. Seria muito interessante estudar com mais detalhe, e na base desta experiência, como se colocam hoje em dia, nos diferentes países, os problemas da luta pela paz e da convergência das diferentes forças pacíficas. Maior ainda é o interesse que poderia oferecer um estudo comparativo da colocação destes problemas nos países capitalistas e nas colónias ou em países capitalistas com diferente regime político, por exemplo, na Grã-Bretanha e na Itália. De qualquer forma, esta mesma experiência ajuda-nos a determinar a orientação principal.

Devemos seguir em frente com os povos de todos os países, indicando para cada caso e para cada situação objectivos simples e concretos e dando à nossa acção um espírito de sinceridade e de imparcialidade. Quanto maiores forem a força e o prestígio do Movimento Mundial dos Partidários da Paz, maior será o crescimento das forças pacíficas, mais cedo virão connosco e mais rápido será o seu triunfo.

(Da revista «Problemas da Paz e do Socialismo» — n.º 5 — 1959)

(1) — Esta citação não é, naturalmente, textual, mas reproduz com bastante fidelidade a ideia exposta pelo camarada Krutchov.